

ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS DA PERSPECTIVA CRÍTICA SOB A ÓTICA DE DIFERENTES MODELOS PARADIGMÁTICOS

CONTEMPORARY APPROACHES OF CRITICAL PERSPECTIVE FROM THE PERSPECTIVE OF DIFFERENT PARADIGMATIC MODELS

Nicole Cerci Mostagi ¹

Eduardo de Faria Nogueira ²

Pedro Paulo de Souza Conte ³

Resumo

Abordagens paradigmáticas vêm ganhando destaque em estudos organizacionais. Assim, este trabalho objetiva posicionar três correntes teóricas contemporâneas decorrentes do marxismo: a Teoria Crítica, os *Critical Management Studies (CMS)* e a Teoria do Processo de Trabalho (*LPT – Labor Process Theory*) dentro de duas diferentes propostas paradigmáticas, os modelos: de Burrell e Morgan (1979) e de Saccol (2009). Entende-se que esta proposta dará continuidade ao trabalho de Burrell e Morgan, como também, questionará sua aplicação na teoria das organizações contemporânea. Em termos metodológicos, o trabalho caracteriza-se por um ensaio teórico, por meio de uma pesquisa exploratória de investigação bibliográfica. Para tanto, o trabalho apresenta quatro etapas. Na primeira dedica-se a contextualizar brevemente as três correntes contemporâneas provenientes do marxismo. Na segunda, apresenta os modelos paradigmáticos propostos por Burrell e Morgan (1979) e Saccol (2009)

¹ Bacharel em Administração pela Universidade Estadual de Londrina – UEL, Mestrado em Administração do PPGA-UEL, Atua principalmente com produção acadêmica nos seguintes temas: espaço urbano, gestão urbana, políticas públicas, subjetividade, sustentabilidade, Participante do projeto de extensão da UEL Programa Bom Negócio Paraná - BNPR, Brasil. Contato: nicole_cerci@hotmail.com

² Bacharel em Administração de Empresas pela Universidade Estadual de Londrina – UEL, Especialização em Administração de Marketing e Propaganda -UEL, Mestre em Administração do Programa de Pós-Graduação em Administração PPGA-UEL, Tutor Eletrônico do Curso de Administração de Empresas – EAD, Brasil. Contato: eduardo_f_nogueira@hotmail.com

³ Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Estadual de Londrina - UEL, Bacharel em Marketing pela Universidade Metodista de São Paulo, Especialização em Administração de Marketing e Propaganda pela Universidade Estadual de Londrina, Master em Dirección de Marketing pela ESERP Business School em Madri-Espanha, Mestrando em Administração pela Universidade Estadual de Londrina-UEL, Brasil. Contato: pedropsconte@gmail.com

para, na terceira etapa, demonstrar as relações intelectuais entre as teorias decorrentes do marxismo e essas abordagens paradigmáticas, e por fim, as considerações finais com alguns posicionamentos críticos e sugestões de novas abordagens no que diz respeito à teoria das organizações.

Palavras-chave: Paradigmas. Teoria Crítica. *Critical Management Studies (CMS)*. Teoria do Processo de Trabalho (*LPT*).

Abstract

Paradigmatic approaches are gaining prominence in Organizational Studies. Thus, this work aims to position three contemporary theoretical currents arising from Marxism: Critical Theory, Critical Management Studies (CMS) and Labor Process Theory in two different paradigmatic proposals, the Burrell and Morgan (1979) and Saccol's (2009) models. It is understood that this proposal will continue the work of Burrell and Morgan, as well, will question its application in the theory of contemporary organizations. In terms of methodology, this work is characterized by a theoretical test, through an exploratory bibliographical research. Thus, the work presents four steps. The first is dedicated to briefly contextualize the three contemporary currents from Marxism. In the second, presents the paradigmatic models proposed by Burrell and Morgan (1979) and Saccol (2009) for, in the third stage, demonstrating the intellectual relations between the theories arising from Marxism and those paradigmatic approaches, and finally, the final considerations with some critical positions and suggestions for new approaches with respect to the theory of organizations.

Keywords: Paradigms. Critical theory. *Critical Management Studies (CMS)*. Labor Process Theory (*LPT*).

1 INTRODUÇÃO

Abordagens paradigmáticas cada vez mais vêm ganhando destaque em estudos organizacionais. Em termos de pesquisa organizacional, é essencial que se tenha coerência na escolha e defesa do paradigma que servirá de *background* para o estudo. Segundo Saccol (2009, p. 252) “[...] um paradigma de pesquisa está relacionado a determinadas crenças e pressupostos que temos sobre a realidade, sobre como as coisas são (ontologia) e sobre a forma como acreditamos que o conhecimento humano é construído (epistemologia)”. Assim, para a autora, o paradigma consequente de tais crenças e pressupostos serve como guia para a escolha do melhor método de pesquisa a ser utilizado, ou seja, a estratégia mais coerente que norteará o estudo, bem como auxiliar na definição toda coleta e análise de dados a ser empregada pelo pesquisador.

No que se refere ao campo de estudos organizacionais, de acordo com a afirmação de Paes de Paula (2014), grandes discussões epistemológicas são frequentemente realizadas a partir do texto clássico de Burrell e Morgan: *Sociological Paradigms and Organisational Analysis* (1979). Nesta obra os autores apontam que o campo da teoria organizacional seria composto por uma série de dimensões epistemológicas e ontológicas de base, as quais formariam algumas posições metateóricas a priori no desenvolvimento científico em análise

organizacional (CALDAS, 2005).

Burrell e Morgan (1979) propõem um modelo analítico de categorização dos campos paradigmáticos, classificando diversas escolas de pensamentos em teoria social e organizacional sobrepondo-as em dois eixos: um baseado em conjuntos de pressupostos metateóricos de natureza da ciência social, e outro a partir de pressupostos metateóricos acerca da natureza social. Para tanto, evidenciam duas perspectivas sociais opostas: a sociologia da regulação e a sociologia da mudança radical; que são transpassadas pelas dimensões opostas entre: a objetividade e subjetividade, resultando em um diagrama analítico envolvendo quatro grandes categorias paradigmáticas: o funcionalismo, o interpretativismo, o estruturalismo radical e o humanismo radical (BURRELL; MORGAN, 1979). Desde o final da década de 1970, quando Burrell e Morgan publicaram sua proposta de divisão paradigmática, o campo da teoria das organizações evoluiu, dando origem, inclusive, a novas divisões paradigmáticas.

Outra divisão paradigmática, mais atual, é abordada por Saccol (2009) em que diferentes paradigmas guiam escolhas de estratégias de pesquisa na área de organizações, apresentando uma divisão que contempla três dimensões: a ontologia realista, a ontologia idealista e a ontologia de interação entre o sujeito e objeto.

A compreensão dessas divisões paradigmáticas são essenciais para enquadramento teórico e metodológico. Com base nisso, o objetivo do artigo é posicionar três correntes teóricas contemporâneas decorrentes do marxismo: a Teoria Crítica, os *Critical Management Studies* (CMS) e a Teoria do Processo de Trabalho (LPT – *Labor Process Theory*) dentro de duas diferentes propostas paradigmáticas, os modelos: de Burrell e Morgan (1979) e de Saccol (2009).

A compreensão dessas divisões paradigmáticas são essenciais para enquadramento teórico e metodológico. Com base nisso, o objetivo do artigo é posicionar três correntes teóricas contemporâneas decorrentes do marxismo: a Teoria Crítica, os *Critical Management Studies* (CMS) e a Teoria do Processo de Trabalho (LPT – *Labor Process Theory*) dentro de duas diferentes propostas paradigmáticas, os modelos: de Burrell e Morgan (1979) e de Saccol (2009).

A relevância desse estudo se dá por chamar para o centro do debate um tema que geralmente é visto como um debate secundário dentro da área pois exige o diálogo com outras áreas, fazendo com que esse estudo não se popularize dentro da teoria das organizações. Mas, isso não impediu que a área de conhecimento venha se modificando ou assimilando mudanças de um escopo mais amplo que surge confrontado as visões e práticas tradicionais da ciência (SERVA, 1992). Dessa forma, a proposta desse trabalho, de caráter ensaístico, é fazer um convite e um exercício de refletir sobre como vem ocorrendo essas mudanças do campo, particularmente, confrontando as abordagens mais tradicionais com novas perspectivas teóricas contemporâneas decorrentes do marxismo. Diante disso, o debate tenta incentivar a disseminação da discussão desse tipo de preocupação como forma de contribuir para aperfeiçoamento metodológico das pesquisas, e maior grau de problematização das questões relacionadas às escolhas e aos alinhamentos epistemológicos.

2 METODOLOGIA

Quanto ao método, trata-se de um ensaio teórico, que segundo Adorno (1986, p. 196) nos ensaios, “o álcere e o lúdico são-lhe essenciais”. Assim, fundamenta-se por ser uma pesquisa bibliográfica, composta principalmente por livros e artigos científicos nacionais e

Disponível em:

<http://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/index>

ISSN: 2177 - 4153



internacionais na área da administração. Ensaio teórico segundo Meneghetti (2011, p. 323) é “[...] um meio de análise e elucubrações em relação ao objeto, independentemente de sua natureza ou característica. A forma ensaística é a forma como são incubados novos conhecimentos, até mesmo científicos ou pré-científicos”.

Iniciou-se com uma revisão das classificações paradigmáticas mais disseminadas, ou seja, Burrell e Morgan (1979) e Saccol (2009), com o intuito de destacar os pressupostos e características descritivas das respectivas classificações. Em seguida, fez-se o mesmo procedimento às correntes teóricas contemporâneas do marxismo (Teoria Crítica, *CMS* e *LPT*), para por fim, após uma comparação sistemática dos dados analisados, apontar afinidades e distanciamentos das perspectivas analisadas.

Para tanto, a partir deste tópico metodológico o trabalho apresenta quatro etapas. A primeira expõe e contextualiza brevemente as três correntes contemporâneas (totalmente ou parcialmente) provenientes do marxismo: a Teoria Crítica, os *CMS* e a *LPT*. A segunda, apresenta os modelos paradigmáticos propostos por Burrell e Morgan (1979) e Saccol (2009). A terceira etapa, demonstra as relações intelectuais entre os as teorias decorrentes do marxismo e as abordagens paradigmáticas Burrell e Morgan (1979) e Saccol (2009). Por fim, as considerações finais trazem alguns posicionamentos críticos das perspectivas epistemológicas dentro dos estudos organizacionais.

3 CORRENTES CONTEMPORÂNEAS DO MARXISMO

3.1 A Teoria Crítica da Sociedade

Conforme sugerem Burrell e Morgan (1979) a Teoria Crítica é um ramo da filosofia social que busca operar de maneira simultânea nos níveis filosóficos, teórico e prático. Os teóricos críticos buscam revelar a sociedade pelo que ela é, a fim de desmascarar sua essência, apontando contradições e lançando fundamentos para uma emancipação humana por meio de uma mudança radical das relações sociais.

A Teoria Crítica procura entender as relações sociais nos grupos e organizações, sua principal característica é ser questionadora da realidade existente, para modificá-la em nome do desenvolvimento coletivo, ou seja, pretende dar lugar ao coletivo, ao invés do individual (FARIA, 2007). Baseia-se em seis categorias analíticas gerais: contradições; ideologia dominante; racionalidades dominantes; contexto social-histórico; emancipação e conscientização individual e coletiva (FARIA, 2007). Para entender as contradições sociais, a Teoria Crítica busca identificá-las nas ações dos sujeitos individuais e coletivos em processos e relações sócio-históricas, já que seu objetivo efetivo envolve os questionamentos da estrutura social histórica vigente. Nesse sentido, os teóricos críticos almejam a emancipação dos indivíduos e promovem a conscientização crescente da necessidade de uma sociedade em que o coletivo se sobressai ao individual, e que os indivíduos constituam sujeitos da sua própria história, escrevendo-a de forma coletiva (FARIA, 2007).

Como expressão, a Teoria Crítica, “[...] tal como é conhecida hoje, surgiu pela primeira vez como conceito em um texto de Max Horkheimer (1895-1973) de nome ‘Teoria Tradicional e Teoria Crítica’, de 1937” (NOBRE, 2004, p. 12). O significado do termo é uma concepção filosófica autoconsciente e reflexiva da “crítica dialética da economia política”, noção chave que constituía o círculo de estudos liderados por Horkheimer (THERBORN, 1996).

Originada na escola de Frankfurt, a Teoria Crítica é uma escola de pensamento

Disponível em:

<http://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/index>

ISSN: 2177 - 4153



derivada do marxismo, com um arcabouço conceitual definido e linhas de investigações próprias. Seus teóricos encampam novos modos de interpretação da realidade e incluíram novos elementos nas análises marxistas, recusando o pragmatismo como finalidade e os métodos objetivistas como os únicos de caráter científico. Tendo as premissas de Karl Marx como ponto referencial, porém não se limitando a isso, abordando novas perspectivas para além da análise de luta de classes de Marx, os estudos da Teoria Crítica têm como referência o marxismo e seu método – o modelo da “crítica da economia política” (NOBRE, 2004).

Conforme aponta Faria (2009) a teoria crítica frankfurtiana, integrante da corrente conhecida como marxismo ocidental, possui amplo alcance social. Para o autor, a teoria crítica frankfurtiana é constituída por três gerações de teóricos, sendo a primeira, com maior proximidade ao marxismo pleno, formada por Pollock, Bloch, Adorno, Horkheimer, Benjamin, Marcuse e Fromm, entre outros; a segunda geração, precedida por Habermas, que se afasta das premissas centrais do marxismo ortodoxo; e a terceira, liderada por Honneth, que em sua obra trabalha com o estudo da luta pelo reconhecimento na perspectiva crítica resgatando premissas de Hegel e com algumas abordagens decorrentes do trabalho de Habermas (FARIA, 2009).

A Teoria Crítica, em sua primeira geração, considerava alguns fatores para além da abordagem central de Marx acerca da luta de classes. Os teóricos de Frankfurt entendiam que fatores tais como a cultura e a filosofia política eram aspectos extremamente influentes nas mudanças sociais. Os pensadores frankfurteanos visualizavam a evolução social com base na premissa do homem como ser social em constante mudança. O indivíduo, para eles, era tido como um ser racional que poderia transformar seu meio.

A segunda geração da teoria crítica frankfurteana, liderada por Habermas (um contraponto a Horkheimer e Adorno), prossegue com parte da crítica da economia marxista, no entanto com novas abordagens sobre o capitalismo. Na década de 1960, Habermas propõe um novo terreno teórico, buscando uma racionalidade comunicativa, livre de dominação e apresenta um novo conceito de racionalidade com dupla característica: instrumental e comunicativa (FARIA, 2009). Habermas busca “[...] resgatar o espírito do racionalismo iluminista para o modernismo recente. Novamente, o discurso é o objeto de análise. Para Habermas, a linguagem é o meio da razão” (COOPER; BURREL, 2007, p. 318).

A Teoria Crítica de Habermas retorna a ideia de materialismo interdisciplinar proposta por Horkheimer na década de 1930, pois diversas linhas de pesquisa podem se encaixar em seu quebra-cabeça. O modelo proposto por Habermas pretende aplicar o conceito de razão, atentando para as diferenciações sociais e identificando formas de patologias sociais (REPA, 2011).

A terceira geração de Frankfurt é liderada por Honneth, que retoma a filosofia hegeliana, por meio da teoria do reconhecimento que afirma que,

[...] a relação constitutiva entre identidade pessoal e a práxis cultural e as instituições é entendida não como relação instrumental ou relação de dependência orgânica, substantiva, do indivíduo com a comunidade, mas como relação reflexiva de reconhecimento recíproco. O reconhecimento permite uma reconciliação, sempre passível de revisão, quando for o caso, entre diferença e identidade (WERLE, 2004, p.52).

A teoria do reconhecimento pensa os conflitos sociais como buscas interativas pela consideração intersubjetiva de sujeitos e coletividades. Nesse sentido, compreende a identidade como possibilidade de autorrealização.

A Teoria Crítica ainda é extremamente minoritária entre as teorias organizacionais. Em “um estudo apresentado no II ENEO (Encontro Nacional de Estudos Organizacionais),

Disponível em:

<http://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/index>

ISSN: 2177 - 4153



em 2002, Rafael Alcadiyani, sugere que os trabalhos referentes aos estudos críticos representam cerca de 2% do total publicado no Brasil nos últimos dez anos” (FARIA, 2007, p. 02). No entanto, o conceito de estudos críticos ainda se confunde muitas vezes com concepções pós-modernas, embora estas duas correntes não estejam diretamente relacionadas (FARIA, 2007). Nota-se que, embora os estudos críticos venham ganhando espaço no campo, ainda possuem um número ínfimo de publicações, se comparados com abordagens de cunho positivista-funcionalista com estudo predominantemente voltado para *bussiness* puro (FARIA, 2007).

Nesse sentido, com base nessa luta por reconhecimento, a Teoria Crítica tem proposto que “[...] os estudos atuais sobre a vida nas organizações vem sugerir que é preciso investigar mais do que as racionalidades instrumentais” (FARIA, 2007, p. 03). A análise das organizações, ainda conforme sugere o autor, necessita desvendar o mundo do poder e as formas de controle que o mesmo impetra para se sentir autorizada a compreender essas organizações e suas finalidades. Segundo sugere Faria (2007), nesse contexto, a Teoria Crítica indica que a compreensão da vida nas organizações e sua dinâmica exige um esquema teórico-metodológico dialético. Sob uma perspectiva crítica,

As organizações são, de fato, construções sociais e históricas que adquirem autonomia relativa em relação aos sujeitos que as constituíram e que se consolidam como instâncias de mediação entre os interesses dos sujeitos a elas vinculados e os objetivos para os quais foram criadas. As organizações não são entes abstratos, sujeitos absolutos, entidades plenamente autônomas, unidades totalizadoras e independentes, mas construções sociais dinâmicas e contraditórias, nas quais convivem estruturas formais e subjetivas, manifestas e ocultas, concretas e imaginárias (FARIA, 2007, p. 03).

Com base nessa definição de organização, a Teoria Crítica estabelece que sua compreensão deva ser encarada de forma dialética para que assim possa melhor entender toda a complexidade que envolve a dinâmica organizacional. A Teoria Crítica busca esclarecer em que medida as instâncias obscuras, que se operam nos bastidores organizacionais, manifestas inclusive e especialmente as referentes ao regramento e as estruturas, dão conteúdo às configurações do poder enquanto construções sociais históricas, dinâmicas e contraditórias (FARIA, 2007). Com isso, a Teoria Crítica pretende “[...] denunciar a repressão e o controle social a partir da constatação de que uma sociedade sem exploração é a única alternativa para que se estabeleçam os fundamentos da justiça, da liberdade e da democracia” (FARIA, 2007, p. 5). Deste modo, tentam entender como as organizações definem seus mecanismos de poder e controle, mascarando o que não pode ser dito e criando um universo de racionalidades e subjetividades.

A partir da década de 1990, os estudos críticos em administração começaram a ganhar espaço no campo dos estudos organizacionais. Tais estudos se voltaram para a emancipação e a criação de sociedade e lugares livres da dominação, além de oferecerem insumos para uma maior reflexividade na análise das organizações. No caso brasileiro é possível constatar que estudos com o mesmo teor vêm sendo realizados há tempos por autores como Alberto Guerreiro Ramos, Maurício Tragtenberg e Fernando Prestes Motta (PAES DE PAULA, 2008). No Brasil, “[...] a introdução da Teoria Crítica nos estudos organizacionais foi magistralmente realizada por Maurício Tragtenberg no início dos anos 1970” (FARIA, 2007, p. 11), e a produção acadêmica brasileira que mais se identifica com a Teoria Crítica na tradição da Escola de Frankfurt é a realizada pelo próprio Tragtenberg (FARIA, 2009). Como a direção dada por Tragtenberg aos estudos na área das organizações, fixou-se nos

Revista Capital Científico – Eletrônica (RCCe) – ISSN 2177-4153 – Vol. 15 n.2 – Abril/Junho 2017.

Recebido em 24/06/2016 – Revisado em 22/09/2016 - Aprovado em 04/01/2017 – Publicado em 01/04/2017.

Avaliado pelo sistema *Double Blind Review* – Editor: Dr. João Francisco Morozini

referenciais weberianos, marxistas e anarquistas e não teve inspiração em Adorno, Horkheimer, Marcuse, Fromm ou em Habermas, pode-se dizer que Tragtenberg traçou uma linha própria de pensamento e que a proximidade com a Teoria Crítica não fez dele um intelectual frankfurtiano, mas um estudioso da burocracia, do poder e da dominação, em suas diversas formas de manifestação, pela via do marxismo-anarquismo (FARIA, 2009).

Atualmente, no Brasil, os pesquisadores ligados à Teoria Crítica propriamente dita, à teoria crítica em estudos organizacionais e às análises críticas em estudos organizacionais já formam um grupo bem mais consistente do que o que havia nas décadas de 1970 e 1980, quando Tragtenberg dá impulso a essa área (PAES DE PAULA, 2008).

3.2 *Critical Management Studies*

O termo “Estudos Críticos de Gestão” (*Critical Management Studies – CMS*) representa um grupo heterodoxo de pesquisadores com uma forte característica em comum. Trata-se de uma “grande tenda” que acomoda diversas formas de análise e permite diversos debates internos e compromissos externos comuns (ADLER, FORBES E WILLMOTT, 2007). Para o *CMS*, as formas atuais de organização dominantes – a burocracia, principalmente – não são as únicas propostas viáveis para o nosso sistema. Este panorama “[...] não é necessário, nem inevitável” (ADLER; FORBES; WILLMOTT, 2007, p. 3).

Decorre deste ponto a maior parte das críticas do *CMS* ao modelo funcionalista-positivista, sendo que o problema é sistêmico e a abordagem dos funcionalistas isenta administradores e pesquisadores de quaisquer responsabilidades morais. Assim, também abordam as relações industriais, estratégia, contabilidade, sistemas de informação de pesquisa, negócios internacionais, entre outras. Em todo este campo, o uso do termo crítico significa crítica radical aos métodos de gestão dominantes (ADLER; FORBES e WILLMOTT, 2007).

Os *CMS* dão ênfase em transformar radicalmente a prática de gestão, ao oferecer alternativas à teoria da gestão tradicional (funcionalismo). Essa corrente demonstra também como as estruturas vigentes atuam sobre os processos de gestão.

Após os anos 1980 começaram a se materializar tentativas de unificar análise críticas por meio do *CMS*, com a abordagem desenvolvida sobre uma base teórica marxista, mas não se limitando a esta. No *CMS*, tem-se também o pós-modernismo e o pós-estruturalismo como eixos alternativos para o *management*, bem como alguns pressupostos da teoria crítica frankfurtiana nos estudos organizacionais e nas práticas de gestão.

Tal abordagem se mantém aberta para dialogar com outras correntes de pensamentos e paradigmas para tentar entender as complexidades da sociedade contemporâneas. Ou seja, o *CMS* parte de princípios marxistas (em alguns casos pressupostos, em outros inspirações), mas permite a integração destes princípios com outras linhas de pensamento.

Esta “abertura ao diálogo” é fonte de muitas críticas por parte dos teóricos críticos mais ortodoxos, que entendem que os *CMS* não respeitam os fundamentos ontológicos e epistemológicos do marxismo (FARIA, 2009).

Assim, estes críticos dizem que,

por mais que seus proponentes insistam em referenciar reflexões marxistas, não tem qualquer semelhança ou proximidade com a teoria crítica (...). Trata-se, apenas, de uma linha de usuários eventuais de conceitos marxistas, aos quais faltam metodologia, epistemologia, teoria e ontologia marxistas (FARIA, 2009, p. 510).

Levando em conta as críticas de Faria (2009), pode-se entender que os *CMS* buscam se articular e dialogar com todos os paradigmas da matriz apresentada por Burrell e Morgan

(1979).

Qualquer tentativa de associar o marxismo às teorias organizacionais seria contraditória. Afinal a teoria organizacional é uma forma de discurso e, portanto, de dominação. Por isso, o ensaio de uma teoria marxista das organizações (como é, de fato, o caso dos *CMS*) tende a flexibilizar as teorias marxistas que lhes inspiraram de início.

Os *CMS* têm um viés prático e pragmático muito forte. A proposta de seus praticantes é denunciar os conflitos do modelo econômico atual, buscando melhoras ainda que as estruturas de dominação sejam mantidas. Estes teóricos não concordam necessariamente entre si, em todos os aspectos. Contudo, seus métodos de análise mais flexíveis têm servido para o progresso do campo das teorias organizacionais (MARENS, 2009). Em vez de se manterem à margem da teoria das organizações, os *CMS* buscam uma forma de interagir com ela.

Empiricamente, estas teorias fornecem uma maneira intuitiva de apreender as contradições cotidianas da empresa capitalista. Teoricamente, permitem caracterizar as limitações fundamentais do capitalismo.

3.3 Teoria do Processo de Trabalho (*LPT*)

A Teoria do Processo de Trabalho (*LPT*) deriva da obra *Labor and Monopoly Capital*, escrita por Braverman em 1974. Na época, a esquerda dos Estados Unidos dedicava sua atenção, principalmente, aos movimentos pacifistas ou de igualdade de raça e gênero. Naquele momento, a esquerda deixava o proletariado em segundo plano (HASSARD; HOGAN; ROWLINSON, 2001), enquanto depositava suas esperanças sobre os estudantes e intelectuais. Neste cenário, a revolução da classe trabalhadora prevista por Marx era vista como uma nostalgia cada vez mais sem sentido.

Marx afirmava que com o aumento da concorrência, o lucro diminuiria gradativamente e isto, em consequência, levaria a sociedade a uma crise inescapável. Devido aos grandes avanços de produtividade, esta tese passou a ser questionada naquela época. Em outras palavras, os marxistas de então entenderam que “[...] as crises não eram mais vistas como inevitáveis” (HASSARD; HOGAN; ROWLINSON, 2001, p. 343). Foi um dos primeiros movimentos históricos que poderia ser classificado como “marxiano”, ou seja, como uma flexibilização do marxismo.

Neste contexto, a crítica marxista passa a enfatizar não mais a iminência de uma crise, mas as ações que as grandes corporações tomam para evitar que as crises aconteçam. Em vez de questionar o sistema em si, a esquerda aceita o sistema, mas denuncia algumas de suas peculiaridades. Trata-se de algo impensável para Marx, mas bastante próximo de algumas correntes do *CMS* contemporâneo.

O capitalismo, para Marx, é um sistema de produção que transforma o trabalho em *commodity* e obriga o trabalhador a vender sua força de trabalho. Para ele “[...] uma *commodity* é um produto (bem ou serviço) produzido para venda ao invés do uso, uma unidade contraditória entre valor de troca e valor de uso” (ADLER, 2009, p. 65). Através de negação do acesso da classe trabalhadora aos meios de produção e consumo, os trabalhadores são alienados do processo de produção – participando dele apenas como fontes de trabalho.

Braverman retoma esta versão mais ortodoxa do Marxismo. De acordo com suas teses, “[...] o valor não é uma condição natural da mercadoria, mas, sim, uma relação social que se materializa nelas [...] o ato de trabalhar é sempre dispêndio produtivo de cérebro, músculos e nervos humanos, sendo, portanto, capacidade intrínseca ao homem” (PREVITALI; FAGIANI, 2014, p. 757).

As relações de trabalho capitalistas eliminam este caráter concreto e material do trabalho. A transformação do trabalho em valor ou *commodity*, decorrente de uma busca por

Disponível em:

<http://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/index>

ISSN: 2177 - 4153



produtividade cada vez maior, separa o trabalhador dos meios de trabalho. Assim, a tecnologia e a ciência tornam-se ferramentas que potencializam estes processos: quanto maior a tecnologia empregada, mais distantes os trabalhadores estão dos meios de trabalho e maior a exploração a que estão submetidos (ADLER, 2009; PREVITALI e FAGIANI, 2014).

Para Braverman, o capitalismo do pós-guerra incrementa a necessidade pela especialização do trabalho. Ele indica que a tecnologia e as grandes corporações distanciaram ainda mais a concepção do trabalho de sua execução e que isto levou a uma intensa desqualificação e especialização do trabalho (RAMALHO, 1991).

Assim, os gerentes passam a ter um papel fundamental no estabelecimento e manutenção das relações trabalhistas. O gerente busca assegurar o controle, primeiro determinando as tarefas individuais e, depois, por meio da direção de todo o dia de trabalho para a certeza de que as tarefas serão cumpridas. Torna-se fundamental que a qualificação do trabalhador seja aquela requerida pelo capitalista, é indesejável, portanto, o conhecimento generalizado sobre o processo produtivo (PREVITALI; FAGIANI, 2014, p. 759).

Dissociar a concepção do trabalho de sua execução é, para Braverman, o meio de impedir o controle do processo de trabalho pelo proletariado. Para ele, propostas como o Taylorismo ou o Fordismo fazem com que o trabalhador perca a capacidade de decisão, pois aumentam a especialização e reforçam a hierarquia das organizações. O trabalho se transforma em algo cujo significado é cada vez menor para os seus executores (HASSARD; HOGAN; ROWLINSON, 2001).

4 MODELOS PARADIGMÁTICOS

Nesse artigo, as três teorias apresentadas serão enquadradas dentro de duas perspectivas de modelos paradigmáticos, um proposto por Burrell e Morgan (1979) e o modelo de Saccol (2009).

Burrell e Morgan (1979) enquadram dentro de uma matriz, as escolas de pensamentos em análise organizacional e a teoria social em quatro grandes categorias de paradigmas, que são baseados em conjuntos metateóricos de suposições da natureza tanto da ciência social, quanto da sociedade, e que utilizam as metáforas como instrumentos de construção do conhecimento. Os quatro grandes paradigmas são: o funcionalismo, o interpretativismo, o estruturalismo radical e o humanismo radical. Estes paradigmas estão distribuídos em dois eixos: subjetivo/objetivo e regulação/mudança radical. Em ambas as dimensões, as linhas divisórias são um pouco turvas e dinâmicas (ADLER; FORBES; WILLMOTT, 2007).

De acordo com Burrell e Morgan (1979), o paradigma funcionalista é objetivista e nele predomina o realismo (concepção em que o mundo existe independente da avaliação dos indivíduos e que esses são condicionados pelo contexto externo). Ainda conforme os autores, no sentido epistemológico, o funcionalismo está na dimensão positivista, na qual o mundo social é explicado por meio das relações causais e da regularidade que só podem ser verificadas empiricamente. Em relação à natureza humana, esta é vista por meio do determinismo (o indivíduo é controlado e condicionado pelo meio, produto do ambiente), e quanto à metodologia a visão é nomotético (testa hipóteses para compreender as relações de causa e efeito, dando muita proeminência ao rigor e aos conceitos) (BURRELL; MORGAN, 1979).

O paradigma interpretativista, na visão dos autores, busca entender e explicar o mundo social que é visto como um processo social contínuo, no qual os atores sociais são diretamente envolvidos no fenômeno, onde o processo social é criado pelos indivíduos envolvidos no processo. A realidade social existe dentro da consciência dos indivíduos, e seus valores são compartilhados intersubjetivamente, ou seja, tentam entender a experiência subjetiva dos

Disponível em:

<http://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/index>

ISSN: 2177 - 4153



indivíduos. De tal modo, esse paradigma consolida-se nas ciências culturais, pois procura entender os sentidos humanos e como esses são expressos em ações. Os processos sociais são construídos por meio de sua emergência no mundo social onde são gerados (BURRELL;e MORGAN, 1979). Esse paradigma encontra-se na posição subjetiva e da sociologia da regulação, pois, tem como pressuposto que o mundo social é coeso, ordenado e integrado. Ontologicamente, baseia-se no nominalismo, é epistemologicamente anti-positivista, é voluntarista quanto à dimensão de natureza humana e favorece uma abordagem ideográfica em termos metodológicos (BURRELL;e MORGAN, 1979).

O paradigma humanista radical onde se localiza a Teoria Crítica, desenvolve a sociologia da mudança radical, de forma subjetiva, entende o mundo social na perspectiva nominalista, anti-positivista, voluntarista e ideográfica, pois enfatizam a importância de destruir ou de transcender as limitações dos arranjos sociais existentes, nesse sentido, a consciência do homem é dominada pelas superestruturas ideológicas, então fazem uma crítica ao *status quo* (BURRELL; MORGAN, 1979).

O paradigma estruturalismo radical, por fim, está enraizado na sociologia da mudança radical, e adota uma visão de mundo objetivista. Este paradigma baseia-se em uma crítica radical da sociedade no que diz respeito às condições estruturais em um contexto realista do mundo social, o estruturalismo radical, compromete-se com aspectos tais como: emancipação, mudança radical e potencialidade, com o foco no conflito estrutural e contraditório, dessa forma, seus pressupostos, conforme os funcionalistas, parte também de aspectos realistas, positivistas, deterministas e nomotéticos (BURRELL; MORGAN, 1979).

Outro modelo paradigmático é o proposto por Saccol (2009), que buscou desenvolver a análise ontológica proposta por Burrell e Morgan (1979). De acordo com essa perspectiva, um paradigma de pesquisa está relacionado à visão que temos da realidade, tanto sobre como as coisas são (ontologia) quanto como o conhecimento humano é construído (epistemologia) (SACCOL, 2009). É destas crenças que resultam os paradigmas que devem guiar nossas teorias e, portanto, as pesquisas dentro do campo das organizações. No intento de explicar as bases paradigmáticas das pesquisas organizacionais, Saccol (2009) apresenta uma divisão ontológica rica, que contempla três esferas, a saber: a ontologia realista, a ontologia idealista e a ontologia de interação entre o sujeito e objeto.

Destarte a ontologia realista pressupõe que existe “um mundo lá fora”, ou seja, que a realidade não depende das nossas construções (da percepção que temos da realidade). Trata-se de uma visão decorrente da proposta de realidade do filósofo grego Parmênides (CHIA, 2011), que deu base para o surgimento do positivismo e, posteriormente, para o funcionalismo. A ontologia realista se aplica fortemente às ciências naturais e, ao ser aplicado às ciências sociais, busca as regras e leis que regem as relações sociais existentes.

Já a ontologia idealista ou subjetivista entende que o mundo só pode existir na medida em que é percebido por um observador. Ela está relacionada à existência de um ser pensante, cujos pensamentos são a realidade primária a partir da qual o mundo exterior é concebido (SACCOL, 2009). Esta visão se relaciona diretamente com a proposta de Heráclito que, em oposição a “ontologia do *ser*” de Parmênides, propõe uma “ontologia do *tornar-se*” (CHIA, 2011).

Uma terceira proposta apresentada por Saccol (2009), como um intermédio entre as duas ontologias, é a ontologia da interação sujeito-objeto. Nesta intersecção, considera-se que a realidade social é produto do compartilhamento de significados entre as pessoas. Dessa forma, a realidade não é considerada nem algo totalmente externo aos indivíduos, nem algo inteiramente construído por eles. “A realidade é percebida e ‘criada’ numa instância coletiva – as percepções do mundo que compartilhamos em sociedade –, portanto, a realidade é intersubjetiva” (SACCOL, 2009, p.253), isto significa que, os significados criados e

compartilhados coletivamente pressupõe que essa construção ocorra através dos processos de interação social e da intersubjetividade.

5 MARXISMO CONTEMPORÂNEO E OS MODELOS PARADIGMÁTICOS

Dentre o que foi apresentado sobre as três propostas contemporâneas de teorias marxistas nos estudos organizacionais, bem como as duas propostas de modelos paradigmáticos, pretende-se neste tópico, relacionar estas duas frentes, ou seja, estabelecer as conexões das teorias marxistas com as abordagens paradigmáticas.

A teoria crítica já era uma escola relevante para a administração quando Burrell e Morgan escreveram o seminal trabalho de 1979. Eles enquadraram esta corrente no paradigma humanista radical, ou seja, em um paradigma de base subjetivista. Como nos primeiros estudos marxistas da organização o foco principal está nos aspectos de conflito, nas relações de emprego, ramificações para a estrutura e o funcionamento das organizações a dimensão radical é escolhida pelos autores para complementar o eixo subjetivista. A ênfase no subjetivismo fica cada vez mais clara conforme a escola de Frankfurt vai se desenvolvendo, como podemos ver, por exemplo, nos textos de Habermas (NOBRE, 2004).

Já a *LPT* de Braverman, por conta da sua ortodoxia, mantém uma ênfase na visão objetivista de mundo. Para Braverman, “[...] as teorias das organizações não apenas descrevem e legitimam o processo do trabalho dentro do capitalismo avançado; através de suas intervenções, elas ativamente e de forma concreta garantem a sua sobrevivência” (BURRELL; MORGAN, 1979, p. 382). Os autores classificam esta corrente dentro do paradigma estruturalista radical.

Mais recentes, os *CMS* não foram abordados por Burrell e Morgan em seus trabalhos. Como descrito anteriormente, esta corrente se caracteriza por permitir uma flexibilização das teorias marxistas. Os teóricos dos estudos críticos organizacionais se diferenciam, inclusive por um intercâmbio com as teorias funcionalistas.

De acordo com a descrição de Faria (2009), os *CMS* poderiam ser enquadrados também no funcionalismo. Já a proposta apresentada por Adler (2009) aponta uma dimensão mais subjetiva para esta corrente. Como esta é uma corrente bastante heterogênea, podemos classificá-la tanto como objetivista quanto como subjetivista. Fica claro, no entanto, que sua perspectiva está mais próxima do que Burrell e Morgan descrevem como sociologia da regulação (1979). Assim, os *CMS* não poderiam ser classificados como parte dos paradigmas estruturalista radical ou humanista radical, conforme mostra o quadro a seguir:

Quadro 1: Posicionamento das teorias marxistas de acordo com Burrell e Morgan

Corrente Marxista	Paradigma (Burrell e Morgan, 1979)
Teoria Crítica	Humanismo Radical
Teoria do Processo de Trabalho (<i>LPT</i>)	Estruturalismo Radical
<i>Critical Management Studies (CMS)</i>	Interpretativismo / Funcionalismo

Fonte: Elaborado pelos autores com base em BURRELL e MORGAN (1979)

Do ponto de vista das ontologias descritas por Saccol (2009), esta divisão fica um bem menos aparente. Tanto a teoria crítica, quanto a *LPT* e os *CMS* partem de uma ontologia de interação sujeito-objeto. Para estes três campos, a realidade social é uma construção social ao mesmo tempo em que depende das características materiais do mundo em que estamos vivendo (COOPER; BURRELL, 2006; ADLER, 2009).

Segundo Saccol (2009), a ontologia de interação sujeito-objeto é base para o paradigma interpretativista. Como podemos ver, no entanto, esta afirmação não apresenta coerência na prática. Entende-se, neste estudo, que, como a autora não aborda os paradigmas radicais de Burrell e Morgan, ela acabou por não mencionar esta informação.

De acordo com a ontologia de interação sujeito-objeto, o pesquisador nunca se encontra em uma posição neutra. Seus valores e sua história de vida interferem na modelagem de suas investigações. Ele “[...] não busca eliminar o que os positivistas chamam de ‘vieses’, mas, sim, assume que tais pressuposições e crenças dos pesquisadores estão presentes e sugere torná-las o mais evidente possível” (SACCOL, 2009, p. 263).

Trata-se de uma visão semelhante ao que Adler (2009) identifica como uma das características do marxismo. Para ele, “como nenhuma ciência pode ser neutra de fato, a aspiração à neutralidade de valor pode facilmente ocultar propostas implícitas de valor” (ADLER, 2009, p. 83). Assim, os marxistas acreditam ser mais produtivo tomar um partido em favor da emancipação dos oprimidos, embora a concepção de oprimido possa ter significados diferentes para cada uma das correntes estudadas.. A partir disso, o marxismo utiliza-se de pesquisas metodologicamente rigorosas para desenvolver seus pontos de vista.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao mesmo tempo em que há dificuldades em integrar os diversos paradigmas contemporâneos, a tentativa de reintegrar o campo dos estudos organizacionais é altamente recomendada e relevante. Afinal, as teorias organizacionais possuem muitas divergências entre si. Estamos em um campo teórico extremamente fragmentado e historicamente contestado (REED, 2007). Para dar conta da unificação e amadurecimento das ideias neste panorama fragmentado, torna-se imperativa uma análise ontológica e epistemológica das teorias vigentes. Conforme explica Saccol,

É essencial que haja reflexão sobre o a visão de mundo e de construção do conhecimento que embasa uma pesquisa, pois só assim será possível avaliar a qualidade, a consistência e a coerência da estratégia, do processo de pesquisa e da análise dos seus resultados. Isso implica compreender e tornar clara a ontologia, a epistemologia e, conseqüentemente, o paradigma de pesquisa que fundamentam o método de pesquisa utilizado (SACCOL, 2009, p. 251).

Na nossa sociedade, o paradigma dominante (funcionalismo) não tem sido capaz de entender e responder a mudanças sociais, contradições estruturais e conflitos decorrentes do nosso modelo atual de sociedade (TSOUKAS; KNUDSEN, 2011). Daí a importância em se buscar novas análises, novos paradigmas e novas formas de se ver o mundo.

O marxismo é uma das maiores correntes teóricas e políticas da modernidade. “Como uma perspectiva cognitiva distintiva no mundo moderno, é superado em importância social – em termos de número de adeptos – somente pelas grandes religiões do mundo” (THERBORN, 1996, p. 73). E tanto a Teoria Crítica, quanto os *CMS* e a *LPT* têm forte influência de Marx. As três correntes se encontram ao lado da denúncia, da busca de uma sociedade mais justa através da superação dos paradoxos do capitalismo.

Dedicar-se a esta proposta de contestação e denúncia, como fazem os críticos, denota uma visão de mundo que assume que os padrões existentes não são naturais, nem tampouco eternos (ADLER; FORBES; WILLMOTT, 2007, p. 9). Esta estrutura atual é apenas a forma mais recente, em uma sequência histórica. E, a partir dela, novas propostas de sociedade surgirão.

Burrell e Morgan (1979) prestaram um serviço importante à teoria das organizações,

Disponível em:

<http://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/index>

ISSN: 2177 - 4153



pois ajudaram a estabelecer as bases de um conhecimento disperso. No entanto, sua obra (como todas as tentativas de classificação) tem limitações temporais. Uma vez que o campo teórico é dinâmico, novas teorias surgem após uma tentativa de categorização – e estas categorias se tornam, em consequência, obsoletas.

Cabe aos pesquisadores subsequentes tentar aprimorar ou contrapor as teorias estabelecidas. Foi o que fizeram Saccol (2009) e também os marxistas contemporâneos, representados neste artigo pelas três correntes descritas.

REFERÊNCIAS

ADLER, P. S. Marx and organization studies today. In.: _____. **The Oxford handbook of sociology and organization studies**. Oxford: Oxford University Press, p. 62-91, 2009.

ADLER, P. S.; FORBES, L. C.; WILLMOTT, H. Critical management studies. **The Academy of management Annals**, v.1, n.1, p.119-179, 2007

ADORNO, T. W. O ensaio como forma. In: COHN, G. (Org.). **Sociologia: Adorno**. São Paulo: Editora Ática, 1986. pp. 167-187.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis: elements of the sociology of corporate life**. Hants: Ashgate, 1979.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Da metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007

CHIA, R. Organization theory as a postmodern science. In.: TSOUKAS, H.; KNUDSEN, C. (Orgs). **The Oxford handbook of organizational theory: meta-theoretical perspectives**. Oxford: Oxford University Press, 2011, 113-142.

COOPER, R., BURRELL, G. Modernismo, pós-modernismo e análise organizacional: uma introdução. In: CALDAS, M. P.; BETERO, C. O. **Teoria das organizações**. São Paulo: Editora Atlas, 2007, p.312-335.

COOPER, R.; BURRELL, G.. Modernismo, pós-modernismo e análise organizacional: uma introdução. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 46, n. 1, p. 87-101, 2006.

FARIA, J. H.. **Análise Crítica das Teorias e Práticas Organizacionais**. São Paulo. Atlas, 2007. Capítulo: Os fundamentos da Teoria Crítica: Uma Introdução.

FARIA, J. H. Teoria crítica em estudos organizacionais no Brasil: o estado da arte. **Cadernos EBAPE**, v. 7, n. 3, p. 509-515, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2009.

HASSARD, J. ; HOGAN, J.; ROWLINSON, M.. From labor process theory to critical management studies. **Administrative Theory & Praxis**, p. 339-362, 2001.

MARENS, R. It's not just for communists any more: Marxian political economy and organizational theory. In.: ADLER, P. S. **The Oxford handbook of sociology and**

Disponível em:

<http://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/index>

ISSN: 2177 - 4153



organization studies. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 92-118.

NOBRE, M. **A teoria crítica.** 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

PAES DE PAULA, A. Maurício Tragtenberg: contribuições de um marxista anarquizante para os estudos organizacionais críticos. **RAP**, v. 42, n. 5, p. 949-968, 2008

PREVITALI, F. S.; FAGIANI, C. C.. Organização e controle do trabalho no capitalismo contemporâneo: a relevância de Braverman. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 12, n. 4, p. 756-769, 2014.

RAMALHO, José Ricardo. Controle, conflito e consentimento na teoria do processo de trabalho: um balanço do debate. **XV Reunião Anual da ANPOCS**, 1991.

REED, M. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In.: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. **Handbook de estudos organizacionais: modelos de análises e novas questões em estudos organizacionais.** São Paulo: Editora Atlas, 2007, p. 61-97.

REPA, L. **Jurgen Habermas e o Modelo Reconstutivo de Teoria Crítica.** In: NOBRE, M (org.). Curso livre de Teoria Crítica. 3 ed. Campinas: Papyrus, 2011.

SACCOL, A. Z. Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em administração. **Revista de Administração da UFSM**, v. 2, n. 2, p. 250-269, 2009.

SERVA, M. O paradigma da complexidade e a análise organizacional. In: **RAE - Revista de Administração de Empresas**, 1992, v. 32, n. 2, pp. 26-35.

THERBORN, G. Dialectics of modernity: on critical theory and the legacy of twentieth-century Marxism. **New Left Review**, 1996, p. 59-81.

TSOUKAS, H.; KNUDSEN, C. (Orgs.). Introduction: the need for meta-theoretical reflection in organization theory. In.: _____. **The Oxford handbook of organizational theory: meta-theoretical perspectives.** Oxford: Oxford University Press, 2011, 1-16.

WERLE, D. L. **Lutas por reconhecimento e justificação da normatividade.** (Rawls, Taylor e Habermas). Tese apresentada no Departamento de Filosofia da USP para a obtenção do título de Doutor. São Paulo, 2004